

O PIAUÍ NA ROTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: a presença dos comerciantes franceses no Sertão oitocentista

Por Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego*

Resumo: o objetivo deste artigo é explicar de que forma comerciantes franceses, estabelecidos em Parnaíba (PI), porto exportador e importador, articularam a integração da economia do Piauí a partir do século XVIII e explicar como a economia do Piauí se articulava, por intermédio desses comerciantes franceses, ao mercado nacional, notadamente à economia do Ceará, Maranhão e Pará e à economia internacional, caso de países como a França.

Palavras-chave: Parnaíba. Comércio. Franceses.

A expansão comercial francesa no Brasil, no século XIX, foi um processo histórico articulado à evolução da própria economia francesa como um todo, mais especialmente à evolução da indústria e do comércio exterior na França, nesse período. Centrando-se a atenção na presença do capital mercantil francês no Brasil no século XIX, deve ser observado o crescimento havido na França, no decurso do chamado segundo império francês (1852-1870), mais especialmente nos anos de 1850. Para o objetivo desta pesquisa, tal constatação é fundamental, porque foram exatamente esses anos que marcaram o começo da expansão comercial francesa para o Brasil.

O desenvolvimento do sistema de transportes, especialmente o ferroviário, possibilitou um mercado nacional unificado; o desenvolvimento da navegação (em 1860, a França inaugurou sua navegação transatlântica); e a instalação de rede telegráfica que cobre toda a França, a partir de 1851, a comunicação instantânea do pensamento, acompanhando o transporte rápido das pessoas e das coisas, operava uma revolução no grande comércio - faziam parte das transformações estruturais vividas pela França e serviram de estímulo à realização de investimentos de capital e trabalho no exterior. Diante de tais condições, a tendência do comércio exterior era crescer. Nos anos de 1850 a 1860, a indústria francesa incorporou uma série de descobertas e invenções tecno-científicas fundamentais ao setor de produção. Novos procedimentos na produção de aço e o desenvolvimento da *la nouvelle blanc* (eletrometalurgia) criaram complexas inovações tecnológicas que introduziram a industrialização da França em vias totalmente novas (REGO, 2010).

Associado ao incremento da atividade industrial, verificou-se, a partir do Segundo Império, um processo de urbanização progressiva, um aumento continuado da população urbana. Paris, especialmente, teve um considerável aumento populacional. As chamadas indústrias parisienses, empregando boa parte dessa população, forneciam, nos anos de 1864 a 1868, um quarto dos artigos manufaturados vendidos no mercado externo. Nos centros urbanos, a atividade comercial crescia, dando lugar a novos e renovados agentes comerciais, que passaram a servir de intermediários, estabelecendo relações entre industriais e comerciantes e entre industriais e fornecedores de matérias-primas. Nesse contexto, ganharam importância o comissário de mercadoria e os representantes ou viajantes do comércio (REGO, 2010).

Todo esse impulso tomado pela economia francesa no período -especialmente o industrial - manifestou-se na evolução de seu comércio exterior. A intensificação da produção de mercadorias exigia mercados cada vez mais amplos. A França, assim como a Inglaterra, entrava na etapa de ampliação do capitalismo, através da conquista dos mercados externos, o que significa que o objetivo desse comércio não se restringia apenas à aquisição de mercados consumidores de mercadorias produzidas em série, mas a conquista de um mercado fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata e com disposição para as particularidades das relações capitalistas de produção. A predominância de um objetivo ou de outro foi definida no correr do processo e em função das áreas conectadas.

Sob o Segundo Império, o comércio exterior

francês atingiu índices nunca antes alcançados. As importações francesas, tomadas em seu conjunto e no correr de todo o século XIX, caracterizaram-se, essencialmente, pelas matérias-primas necessárias à indústria (como algodão, carvão, lã, seda bruta, peles, madeira) e pelos produtos alimentícios (açúcar, cereais, carnes, cacau e café). As exportações, por sua vez, estiveram baseadas nas manufaturas compostas por tecidos, objetos de luxo e decoração (os chamados artigos de Paris) e por vinhos (TAKEYA, 1995).

Para que o Brasil passasse a integrar a economia internacional, mesmo em condições desfavoráveis, em face de alguns países já plenamente integrados ao sistema capitalista de produção, foi necessário que medidas de ordem estrutural e diplomática fossem tomadas ao longo do século XIX. A integração do Brasil com o comércio internacional, com a abertura dos portos e a consequente quebra do monopólio da metrópole portuguesa, em 1808, estimulou o aumento do número de navios que frequentavam os portos brasileiros, bem como a diversificação de nacionalidades (REGO, 2010).

O comércio direto entre Brasil e França, na primeira metade do século XIX, era feito, sobretudo, através dos portos de Havre e Marselha. De Havre, a região mais industrializada e povoada da França, partia a única linha francesa de navios à vela, então existentes, para o Brasil. A França, portanto, dependia de embarcações inglesas e de outras nacionalidades para efetuar o transporte das mercadorias que circulavam em seus portos (REGO, 2010).

É importante observar as rotas de navegação comercial no Brasil no século XIX. Uma das rotas fazia-se dentro do litoral ocidental e a outra, no litoral setentrional do País. Esta última, que tinha Belém (PA) como principal porto, e, mais secundariamente, São Luís (MA) e Fortaleza (CE), era frequentada por embarcações europeias e norte-americanas através, principalmente, de rotas diretas, isto é, aquelas que, vindas da Europa ou dos Estados Unidos, dirigiam-se diretamente para os portos do Norte do Brasil, e daí retornavam para seus portos de origem sem escalas no litoral ocidental (TAKEYA, 1995).

Acompanhando a expansão comercial, ocorreu uma onda de emigração francesa para o Brasil. Esses imigrantes franceses eram dos mais variados ramos e profissões. Interessam, neste estudo, os comerciantes e as casas de comércio

que, vendendo as mercadorias francesas no Brasil e comprando matérias-primas para exportação, viabilizaram a expansão do capital estrangeiro em terras brasileiras.

Importância crescente no incremento dessa atividade desempenhou a figura do *commissionaire*, o comissário, agente descrito por Leon (apud TAKEYA, 1995) como um regulador da atividade industrial. Na França, os anos de 1850 a 1860 registraram um grande crescimento no número de comerciantes - na qualidade de comissários em mercadorias - com negócios no mercado brasileiro. Esses negociantes, em sua maioria, estabeleceram uma matriz de sua casa comercial em Paris e uma filial no Brasil. Essa casa comercial agia nos dois polos do comércio (tanto no setor de exportação como no de importação). Tal posição privilegiada permitia aos comerciantes auferir lucros da venda dos produtos industrializados franceses, e europeus de modo geral, no Brasil, assim como das matérias-primas brasileiras no mercado francês e em outros mercados externos (REGO, 2010).

As filiais dessas casas francesas no Brasil foram, inicialmente, estabelecidas nas grandes cidades portuárias do Rio de Janeiro, de Recife e de Salvador e expandiram-se mais tarde para outras regiões do País. As principais mercadorias comercializadas por essas casas eram, em ordem de importância, tecidos, artigos de Paris, relojoaria/joalheria/ourivesaria, gêneros alimentícios, chapelaria/sapatos, livros, perfumes, móveis, drogas e instrumentos musicais (TAKEYA, 1995). Foi nesse contexto que os irmãos Boris chegaram à Província do Ceará, onde estabeleceram sua casa comercial, e, mais tarde, os irmãos Jacob fizeram o mesmo em Parnaíba (PI).

O interesse do governo francês pela cidade de Parnaíba já se manifestava de forma efetiva desde 1863, quando a agência consular da França foi criada em 19 de março daquele ano, tendo como seu primeiro titular o tenente coronel José Francisco de Miranda Filho. A agência consular aendia ao interesse de comerciantes franceses atuando em Parnaíba, caso da firma Naeff Nadler & Co., cuja matriz ficava no estado do Maranhão (NUNES, 2007) e do Sr. Lalanne, comerciante francês.

Na análise de Takeya (1995), muitos brasileiros desempenhavam o papel de agente consular da França - sobretudo naquelas cidades de menor importância econômica e onde franceses eram

escassos ou inexistentes -; eram pessoas de destaque na sociedade local, geralmente os comerciantes mais importantes.

Como era um cargo honorífico e quem o possuía tinha um certo prestígio, o tenete coronel José Francisco de Miranda Filho representou os interesses da França até o estabelecimento, em Parnaíba, de Marc Jacob, em 1886. Marc Jacob, assumindo o cargo de agente consular, representou o governo francês durante várias décadas, sendo substituído, após seu falecimento, por seu sobrinho Roland Gabriel Jacob, que oficialmente assumiu o vice-consulado em 9 de janeiro de 1927. A representação que pertenceu aos Jacob por muitos anos passou depois para Marcel Seligman, membro da mesma família que substituiu os Boris no consulado do Ceará (REGO, 2010).

As relações comerciais entre a França e o Brasil tiveram início em 1814, embora o conhecimento produzido sobre o Brasil como mercado date das primeiras décadas do século XIX. Visando atender às necessidades relativas à expansão do comércio francês no País, foram abertas representações consulares que formaram a maior e mais sistemática fonte de informações sobre o Brasil. A representação consular elaborava extensos e minuciosos relatórios contendo informações as mais variadas sobre o País. As cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife foram as primeiras a terem consulados. A estas ligava-se uma série de agências consulares - restritas, na verdade, à pessoa do agente -, formando uma verdadeira rede coletora de informações (REGO, 2010).

A representação consular era a medula da rede de informações passadas para os industriais e negociantes franceses. As informações colhidas tiveram um papel importante na origem de uma literatura voltada para a identificação das possibilidades do Brasil como um dos mercados para a expansão comercial francesa dirigida aos industriais e negociantes. Outra função vislumbrada seria a de servir de ponto de apoio para a penetração do capital mercantil francês em diferentes mercados. Cabia ao agente consular conhecer as perspectivas do mercado brasileiro, indicar as possibilidades e obstáculos para o consumo de manufaturas e produtos industrializados, conhecer a província e a capacidade de consumo de produtos e mercadorias francesas. Relatórios contendo informações comerciais e notícias sobre agricultura, colheitas,

impostos, problemas climáticos, fornecedores de matérias-primas, preços e câmbios eram enviados para a França, em boletins e relatórios ao Ministério das Relações Exteriores da França, que, por sua vez, elaborava outros relatórios. Essa massa de informações era destinada aos industriais, comerciantes e negociantes em geral; o objetivo último era aprimorar as relações entre a produção de manufaturas francesas e o mercado consumidor brasileiro e a necessidade de matérias-primas na França à produção brasileira, de forma a garantir um perfeito conhecimento e aproveitamento das possibilidades que o Brasil oferecia (REGO, 2010).

Como apontou Takeya (1995), ao consulado de Recife, em 1876, estavam ligadas as agências existentes no Pará, no Maranhão, no Piauí e no Ceará. Isaie Boris chegou ao Ceará em 1878 e foi o primeiro dos membros da família a exercer a representação consular francesa na província. Essa representação consular pertenceu aos Boris até 1925 e permaneceu vaga por dois anos, quando Adrien Seligman, membro da família Boris, assumiu o cargo - momento em que dividia a direção da Casa Boris com Aquille Boris, do final do século XIX ao começo do século XX.

Em 1869, fundava-se, no Ceará, a Casa Theodore Boris & Irmão, cujos sócios eram os irmãos Alphonse e Theodore, que chegaram a Fortaleza, respectivamente, em 1865 e 1867; os mesmos eram franceses e naturais da Província de Lorena. Os arquivos comerciais dessa firma inicial não foram conservados e nada indica que tenham exercido um comércio além da compra e venda de artigos da praça ou, quando muito, com praças de estados vizinhos. Depois da guerra franco-alemã de 1870-1871, os dois irmãos voltaram à França e associaram-se a outro irmão mais jovem (Isaie Boris) para fundar, em Paris, a casa Boris Frères (REGO, 2010).

Pouco tempo depois, Theodore voltou a Fortaleza na companhia de seus irmãos gêmeos - Achiles e Adrien - e, com eles, abriu uma nova firma, na Rua da Palma, que se desenvolveu rapidamente, pois, em poucos anos, suas relações com praças de estados vizinhos estenderam-se a praças europeias e americanas. Inicialmente, os negócios limitavam-se à importação de tecidos, confecções, perfumaria, artigos de decoração, mobílias, artigos de cozinha, papelaria e material de escritório; mais tarde, acrescentou-se maquinário, cimento e carvão. Na pauta de

exportação, estão produtos regionais, tais como: algodão, cera de carnaúba, couro, peles, borracha, café, penas de ema e cumaru (REGO, 2010).

Na década de 1880, a Boris Frères expandiu seus negócios para outras cidades do Ceará, incluindo pequenas vilas, como Ibiapina, situada próxima à divisa com o Piauí. Neste estado, há registro de suas atividades comerciais com Teresina, desde 1875, e, depois, com Picos e Parnaíba, em 1883; em julho deste ano, comercializava café, açúcar, algodão e caroço de algodão, courinhos, chifres, ossos, garras, cabelos, cera de carnaúba, mangabeira e pena de ema. Importa ainda dizer que os produtos comercializados pela Casa Boris Frères, desde sua abertura, incluindo os subprodutos do gado, fizeram parte da pauta de exportação do Piauí até, pelo menos, meados do século XX (REGO, 2010).

Na análise do movimento comercial da vila (depois cidade) de Parnaíba, impôs-se, como primeiro passo, conhecer a documentação dos comerciantes, suas casas comerciais, e analisar suas formas de atuação. Tornou-se pertinente, também, conhecer o esquema de comercialização dentro da província/estado, com a cidade de Fortaleza e com o exterior.

A leitura da correspondência comercial, realizada nos arquivos da Casa Boris, em Fortaleza, forneceu informações relevantes sobre parcerias comerciais no Piauí e sobre o papel da cidade de Parnaíba como porto receptor e distribuidor de mercadorias vindas do Ceará e da Europa ao longo da segunda metade do século XIX. Na correspondência, foram localizadas, para esta pesquisa, mais de 100 cartas de comerciantes parnaibanos encarregados de receber e reembarcar as mercadorias enviadas pela Casa Boris para Teresina. A correspondência da Casa Boris do Ceará com comerciantes do Piauí aponta a existência, em Teresina, de casas comerciais francesas anteriores à de Marc Jacob, situada em Parnaíba. Relações comerciais entre essas firmas existiriam desde 1875, como o atesta a presença de papéis de carta com o timbre Casa Francesa (REGO, 2010).

Havia uma firma de propriedade dos Mayer Frères e outra, de propriedade de O'Donnell de Alencar, além de uma terceira, pertencente ao comerciante francês Salomon Baumann. Não foi possível localizar, além das cartas, outros registros dessas firmas. Faltam, portanto, informações sobre o início e o término de suas atividades, entre

outras. O exame da correspondência estabelecida entre essas firmas data do período de 1876 a 1884, o que indica que o início de suas atividades foi anterior à abertura da Casa Comercial Marc Jacob, em Parnaíba.

A casa Mayer Frères estava sediada em Teresina, e a ligação comercial com a Casa Boris de Fortaleza era realizada através de Parnaíba por intermédio de um comerciante local, Antonio Dias de Miranda, que, além de receber, conferir e despachar as mercadorias para Mayer, escrevia a Boris, em nome de Mayer, reclamando, cobrando soluções ou apenas acusando o recebimento das mercadorias.

O exame da correspondência entre essas três firmas mostra o teor e a situação das relações comerciais dessa época. Pela correspondência de 27 de abril de 1876, tomou-se conhecimento da encomenda de mercadorias que fizeram os Srs. Mayer Frères, de Teresina, ao Sr. Boris Frères, do Ceará. Nota-se, nessa correspondência, a relação entre o que estava sendo pedido e os ramos de comércio praticados pela Casa Boris, o ramo de sapatos e os chamados artigos de Paris. Consta do pedido: três dúzias de botinas de muito boa qualidade, com polimento e enfeitadas, para senhoras e meninas, cujo preço variava entre 20 e 60 francos. Havia também uma seleção de tecidos, a serem adquiridos conforme as amostras enviadas, consistindo estas de cambraia branca, brim de linho pardo, brim branco de algodão e chita adamascada, de preferência nas cores verde e encarnada, num total orçado em mil réis. Consta, ainda, nessa correspondência, a encomenda de madapolão para ceroulas, além de outros artigos, como brincos dourados e xales de boa qualidade. Entre estes, eram preferidos os de cor roxa, preta, marrom e cor-de-rosa; e, para os estampados, os de cores vivas, excluindo os de fundo azul e verde (REGO, 2010).

A compra dos artigos deixa claro que a casa Mayer Frères tinha uma freguesia feminina, cujo gosto era conhecido e respeitado. Uma escolha tão detalhada dos artigos femininos, em termos de qualidade e cartela de cores, mostra empenho em atender às senhoras e senhoritas da sociedade, com atenção às suas preferências, e o gosto da gente luso-americana, que foi ficando plebeu, matuto ou fora de moda com a introdução dos tecidos ingleses (FREYRE, 2000). A descrição detalhada das mercadorias permite deduzir que se tratavam de artigos de luxo consumidos por um

contingente de pessoas abastadas de uma elite.

Esse mesmo cuidado não era exclusividade da casa francesa como se pôde verificar na lista de novidades oferecidas pela Livraria Econômica, situada na Rua Paissandu, em Teresina, em 1875: coques enfeitados para senhoras, gravatas e colarinhos bordados, leques com plumas para senhoras, botinas de cano alto para senhoras, chapéus para homens e senhoras, popelines, lãs e tartalanas, chitas finíssimas, padrões novos, vinhos, licores, doces, biscoitos, passas, queijos (CHAVES, 1987).

Não somente pedidos foram encontrados em meio a essa documentação. Havia, igualmente, cartas de reclamação. O comerciante Dias de Miranda, por exemplo, queixava-se das companhias de vapor (por exemplo, a Companhia Pernambucana), que, por falta de embarcação, não mandaram a carga para a cidade de Parnaíba, descarregando a mercadoria no Porto de Amarração, sob a alegação de que “[...] quem quiser mandar vir para aqui há de mandar conduzi-la a sua conta, correndo todos os riscos que possa haver na dita condução” (REGO, 2010, p. 183).

Outra reclamação dizia respeito à Alfândega de Fortaleza, que não enviava as guias ou notas do conteúdo dos caixotes de mercadorias, o que implicava no pagamento de direitos de importação e na multa de verificação do conteúdo dos volumes, uma vez que não havia dados precisos para legalizar o despacho. “Declarar o conteúdo dos volumes era uma exigência do Art. 544 do Regimento das Alfândegas, para isentar as mercadorias da multa constante no parágrafo 2 do Art. 545.” (REGO, 2010, p. 183).

A Casa Boris Frères também enviava circular comunicando o aumento de preços de suas mercadorias. Em 8 de março de 1889, a Casa Boris informa que (REGO, 2010, p. 184):

Muitos artigos subiram de valor por causa do aumento dos direitos gerais de importação, sobretudo algodãozinho (panos de algodão liso, entrançado, ou cru; riscados lisos e entrançados; lonas, meias de toda qualidade...) que hoje paga mais 20% de direito sobre a antiga taxa. É ainda que, mesmo que o câmbio conservasse os tipos atuais de 27 a 28, não se poderão fazer grandes reduções de preços [...].

O aumento de preços das mercadorias era alvo frequente de comentários e críticas. A firma Mayer Frères escrevera a Boris Frères, em 17 de janeiro de 1880, reclamando tanto do preço como da contagem das velas de carnaúba remetidas por eles. Segundo a carta, havia erro na contagem das velas, já que, na caixa declarada com 23

quilogramas a 12 réis a arroba, faltavam três quilogramas, e, na caixa de 35 réis a arroba, faltavam 300 velas; as velas, dizia ele, eram de péssima qualidade (misturadas com fava); a maior parte delas veio misturada na mesma barrica, não sendo possível distinguir entre as de 10, 14 e 15 réis o milheiro. Além disso, reclama Mayer, nenhum tratamento foi dedicado à embalagem, pois, segundo salienta, “[...] nem ao menos palha na cabeça das barricas foi colocada, resultando na grande quantidade de velas quebradas, só tendo sido possível contá-las pelos fios.” (REGO, 2010, p. 184).

Essas informações revelam que coexistiam um comércio incipiente realizado na província, ao lado de uma rede comercial que atravessava o Atlântico. As condições estruturais reduzidas apresentadas pelo Piauí traziam dificuldades para o recebimento das mercadorias nos centros consumidores e o consequente encarecimento.

Em carta do dia 20 de abril de 1880, a Casa Mayer Frères comunicou a Boris que dissolveu amigavelmente a sociedade da praça de Teresina, ficando o ativo e o passivo da mesma firma a cargo de M. Mayer, que pediu a Boris para manter o apoio e a consideração que dispensava à casa anterior. Embora a decisão (oficial) de dissolver a firma Mayer Frères tenha sido comunicada mais tarde por M. Mayer, Boris já havia sido informado (antes) por Salomon Baumann sobre essa decisão. Salomon Baumann era um comerciante francês comprador de café da Casa Boris, produto que era transportado através de vapor vindo de Parnaíba, reembarcado por Francisco da Costa Fernandes. Salomon Baumann, por sua vez, encaminhava as mercadorias tanto para Boris como para seu irmão, em Paris (REGO, 2010).

Em carta do dia 17 de abril de 1880, Baumann tratou de seus próprios assuntos comerciais e mencionou a liquidação da casa dos Srs. Mayer, nestes termos:

[...] os Srs. Mayer vão liquidar a casa porque o Pedro Mayer descobriu muita ladroeira que o Sr. Mayer fazia, por isso ele quer apartar a sociedade, eu acho que a liquidação da casa vai ser judicialmente, o José Mayer como fiador da casa Mayer Frères (REGO, 2010, p. 185).

A contenda foi de tal magnitude que, segundo Baumann, “[...] outro dia o Sr. Pedro Mayer quase quebrou a cabeça do Sr. Mayer”. As cartas de Salomon Baumann são reveladoras tanto da relação comercial que tinha com Boris como de uma relação social mais próxima com o comerciante francês, já que tomava a liberdade de

relatar, como se vê acima, uma briga familiar que evoluiu para a agressão física e antecipou o encerramento da sociedade comercial dos irmãos. Na mesma carta, na parte comercial, Baumann comunicava a Boris que não lhe mandou as penas de erna porque o “[...] Sr. José Martins Teixeira me paga também a 8.000 réis o quilo, e os cabelos a 600 réis o quilo sendo por isso melhor vender aqui”. Além disso, anunciava sua viagem de negócios para a França no fim do mês, só retornando em agosto. Acrescentou: “[...] caso queira me escrever pode dirigir-se a Jules Baumann em Chalôns sur Marne, França”. Chalôns deve ter sido a cidade de origem de Salomon Baumann, pois seu irmão Jules residia lá. Havia outro irmão, Miguel Baumann, que era comerciante em Paris e recebia de Salomon remessas de penas de erna de primeira qualidade, além de cabelos (REGO, 2010, p. 185).

A partir da leitura das cartas, fica clara a circulação de mercadorias entre França, Ceará, Teresina e Parnaíba. As cartas comerciais de 1882 mostram, além da regularidade comercial entre Salomonn, em Teresina, e Boris, no Ceará, uma relação de confiança, indicada pelo pedido de Salomonn a Boris para que “[...] remeta, mensalmente, por intermédio de sua casa em Paris, a quantia de cinquenta francos a seu irmão Jules, em Chalôns.” O crédito solicitado demonstra, da parte de Baumann, uma certeza ou, pelo menos, uma boa expectativa de sucesso na sua atividade comercial. Os negócios em Teresina iam bem e, assim, era possível remeter mensalmente dinheiro a seu irmão em Paris (REGO, 2010, p. 185).

A transferência da capital da Província do Piauí de Oeiras para Teresina teve como objetivo, como apontou Gandara (2008, p. 136) “mudar para progredir”. A nova capital teria uma nova configuração espacial cidadina, favorável à integração comercial. Seu posicionamento, em uma área cuja topografia facilitava os movimentos fluviais e terrestres, conferia-lhe excelentes potencialidades para se desenvolver e se afirmar como centro urbano e como entreposto comercial. A ambição do projeto criou um sentimento de euforia, atraindo muitas pessoas. A decisão de localizar um porto e um comércio no mesmo espaço atrairia, gradativamente, um e outro para a proximidade do rio, afinal, um grupo de indivíduos ajudaria a atrair e a manter outro. Além do que, teoricamente, as pessoas estabelecem-se, de forma natural, no lugar em que lhes seja a vida

mais produtiva e agradável. A nova capital certamente oferecia para um grupo de comerciantes vindos de diversos lugares e países, dentre eles a França, muitos atrativos (REGO, 2010).

As casas comerciais francesas estabelecidas em Teresina e já mencionadas, possivelmente pertencentes a proprietários judeus, começaram a funcionar no Piauí, como indica a documentação, bem antes da Casa Marc Jacob, e já eram clientes da Casa Boris. Elas aparecem, posteriormente, em 1886, como clientes da Casa Marc Jacob. Nos livros “Diário” e nos “Copiadores de Cartas” da Casa Marc Jacob, foram localizadas transações comerciais realizadas entre essas casas.

Em correspondência datada de 22 de outubro de 1888, Marc Jacob fatura várias mercadorias para Baumann, remetendo-as pelo vapor Teresinense. Eram pacotes contendo tecidos, como casemira de lã, setinetas, morins e algodõezinhos (das marcas Cupido, Cheguem Todos, Pechincha, Serve para Tudo, do Pereira e outros), além de duas dúzias de garrafas de vermute (REGO, 2010).

José Mayer recebia diversas mercadorias de Marc Jacob, como pimenta e botija de genebra. Conforme anotação no “Diário n. 2”, Mayer devolveu a Marc Jacob quatro latas de chá preto, seis latas de biscoitos pequenos e duas latas de biscoitos grandes, todas estragadas. A ligação de Jacob com os Mayers teve destaque em julho de 1891, quando José Mayer enviou as cópias do testamento de M. Mayer para Marc Jacob, possivelmente para serem encaminhadas à família na França (REGO, 2010).

Importa dizer que, apesar de terem-se estabelecido no Piauí em data anterior a Marc Jacob, essas casas instituíram com esse comerciante uma parceria comercial articuladora da rede comercial que conectava Teresina, Parnaíba, Ceará e Europa.

Boris, Mayer, Baumann, O'Donnell e Jacob eram franceses, judeus e negociantes atuando no Piauí, no comércio de importação e de exportação. Além da correspondência da Casa Boris, pôde-se localizar, no Arquivo Público do Piauí, em Teresina, algumas cartas do ano de 1886, reveladoras dessa atividade, e sabe-se através delas que tipo de mercadoria circulava na cidade e o nome dos comerciantes. As cartas fazem referência ao fornecimento de gêneros aos estabelecimentos da Marinha, existentes em Parnaíba - a Capitania, a Escola de Aprendizes de Marinheiro e o Farol da Pedra do Sal (REGO, 2010).

Paulino José Coelho Bastos fornecia, entre outras mercadorias, açúcar branco grosso, arroz, azeite doce, bacalhau, chá verde, vinho do porto, colchões e pares de sapato. Os Irmãos Veras forneciam carne seca e pão. E Singlehurst Nephew & Cia fornecia carne verde, açúcar refinado, chinelos de couro, cera em vela, pratos pequenos de folha, tijolos ingleses, tinta preparada, remos novos, sabão, catecismos, tabuadas, livros de primeira, segunda e terceira leitura e outros produtos. Havia, ainda, pedidos feitos aos negociantes Madeira Brandão, João Teodorico de Souza Torres e Alfredo Pereira & Cia, os quais incluem galinha, marmelada, óleo de linhaça, lamparina de vidro, talheres de ferro, goma-arábica, papel almaço pautado, genovês e mata-borrão. Quase todos esses negociantes foram encontrados nos livros contábeis da Casa Marc Jacob (REGO, 2010).

Por volta de 1881, Marc e Lazare Jacob, dois dos cinco filhos do casal de fazendeiros franceses Joseph Jacob e Marie Beatrix, vieram de Schalbach, na Lorena, França, para o Ceará, Brasil. Mais tarde, outros dois irmãos juntaram-se a eles, em Parnaíba: Myrthil e Charles. Os irmãos Jacob chegaram a Parnaíba, possivelmente, em diferentes momentos, tendo cada um permanecido lá por diferentes períodos. Dispostos a trabalhar e a investir na cidade, em 31 de outubro de 1891, os irmãos Jacob estavam construindo um armazém na Rua Grande. A presença dos quatro irmãos em Parnaíba, desde 1886, e dois deles negociando durante quase 40 anos, indica a consolidação de seus negócios na cidade, através do incremento de suas atividades comerciais. A crença no potencial da cidade e na possibilidade de investir em uma atividade comercial de retorno seguro deve tê-los motivado (REGO, 2010).

A vinda de uma família de franceses para Parnaíba suscita muitos questionamentos. O primeiro conjunto de perguntas seria: por que deixaram a França? O que teria levado os irmãos a emigrar para o Brasil? A que se deve a escolha de Parnaíba, no Piauí? Quando chegaram a Parnaíba?

Para entender como chegaram primeiro ao Ceará e incorporaram-se, direta ou indiretamente, à Casa Boris Frères, é necessário um segundo conjunto de perguntas: vieram com alguma garantia prévia de emprego com Boris Frères, de quem eram parentes? Montaram seus negócios com que capital? Financiado por quem? Pecúlio pessoal ou pecúlio familiar? Não se tem a intenção de

responder a todas essas perguntas, apenas àquelas que a documentação pesquisada permitir.

À primeira pergunta, Marc Theophile Jacob levanta uma hipótese: a de que a guerra franco-prussiana, encerrada em janeiro de 1871, e cujo resultado foi o Tratado de Paz assinado em Versalhes, no qual a França foi obrigada a ceder a maior parte de Lorena à Alemanha, teria motivado a partida dos irmãos. A Alemanha deu aos residentes na região anexada um prazo até 1º de outubro de 1872 para decidirem entre manter a nacionalidade francesa e emigrar, ou permanecer e tornar-se cidadãos alemães. Como o sentimento antigermânico era intenso, expatriaram-se da França mais de 120 mil jovens. Pergunta-se: Teria sido esse o real motivo da partida dos irmãos Jacob para o Brasil? Essa hipótese, no entanto, suscita uma questão adicional, qual seja: se eles deixaram a França, conforme indica Jacob, após a guerra (1871-1872), para onde teriam ido antes de chegar ao Ceará, em junho de 1881, como consta nos primeiros registros da Casa Boris? Entre o fim da guerra e as primeiras referências, transcorreram-se quase 10 anos! Possivelmente, a guerra não teria sido a motivação imediata para a partida dos irmãos da França rumo ao Brasil. Supondo que tenham vindo diretamente para o Brasil, passa-se a refletir sobre quais atrativos o Brasil apresentava. A indagação não desconsidera, certamente, que o contexto político francês à época era favorável à emigração de sua população.

Já a outra indagação - por que o Brasil? - exige considerações mais amplas para chegarmos a uma resposta ainda que parcial. Vamos, pois, fazer uma tentativa de interpretação, necessariamente superficial e, certamente, falha. O Novo Mundo, como um todo, impressionava o europeu: amplitudes territoriais quando, na Europa, a propriedade das terras estava sedimentada há séculos, sem espaço para novos empreendedores rurais e cujos proprietários exigiam dos seus colonos mais do que estes lhes poderiam pagar para terem um nível de vida confortável; populações crescentes que não esqueciam facilmente os períodos de fome endêmica e de grandes mortandades decorrentes da cólera e outras doenças coletivas [...]

O Novo Mundo era o oposto disto tudo: não havia intolerância religiosa, a terra era de quem dela se apoderasse, ou vendida a preços acessíveis quando já tivessem sido legalizadas; as safras magnânimas; o clima, menos inclemente, e muitas fantasias cheias de esperanças permeavam o imaginário dos recém-chegados (JACOB apud REGO, 2010, p. 190).

Por que Parnaíba? A hipótese do trabalho é a de que Parnaíba já despontava, há muito, como porto exportador de produtos regionais (tais como: gado, couros salgados, couros secos, madeiras, resina,

entre outros) e importador de mercadorias, inclusive as que já vinham sendo enviadas pela Casa Boris Frères para Teresina. É preciso lembrar que um vice-cônsul francês já atuava em Parnaíba, desde 1863, dando suporte às atividades comerciais do Sr. Lalanne, e que pelo menos três casas comerciais francesas já estavam atuando em Teresina, desde 1875. Uma rede de negociantes franceses parece, assim, já estar consolidada, e a ida dos Jacob, parentes dos Boris, para Parnaíba, viria a somar, tanto com a ampliação dos negócios do próprio Boris, como para a colônia de emigrados da Alsácia-Lorena radicados em Fortaleza, que contava, inclusive, com alguns primos mais distantes dos Jacob, os Gradvol. Nessa empreitada, beneficiaram-se todos, os Boris e os Mayer, que estabeleceram com os Jacob uma profícua e longa parceira comercial, e, a médio prazo, as casas francesas de Teresina, que, também em parceria, compravam e vendiam via Casa Marc Jacob (REGO, 2010).

A história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba está vinculada aos aspectos econômicos de todo o Piauí, território voltado, a princípio, para a pecuária extensiva. Quando a atividade pastoril desenvolvida no interior da Província começou a se expandir e alcançar novas terras para o pasto, o escoamento das reses pelos caminhos terrestres tradicionais começou a ficar distante e oneroso. O transporte pelo rio Parnaíba foi, portanto, uma opção natural. A chegada das reses na foz desse rio desencadeou um intenso movimento portuário na Vila de São João da Parnaíba, o que levou ao estabelecimento dos primeiros comerciantes estrangeiros. As vantagens econômicas advindas da comercialização da produção ligada à criação de gado - como o charque, os couros e as peles - demandou uma abertura marítima eficiente para os outros portos do Brasil, mas também e, sobretudo, para outros portos do mundo.

Com o declínio da atividade charqueadora, o movimento comercial foi dinamizado pela chegada de novos comerciantes, entre eles, os franceses, atraídos pela comercialização de produtos oriundos da agricultura. Para compreender a atividade das casas comerciais estrangeiras em Parnaíba, foi preciso, antes de tudo, conhecer o quadro mais geral do comércio piauiense com a França, e as motivações que impeliram alguns franceses, particularmente os irmãos Marc e Lazare Jacob, a deixar sua terra natal e virem a se estabelecer em

Parnaíba, além dos laços comerciais que mantinham com seu país de origem. A chegada dos novos produtos ao mercado nacional e internacional proporcionou a oportunidade de um maior incremento para a economia de Parnaíba.

As atividades comerciais exportadoras propiciaram a Parnaíba se tornar a capital econômica do Piauí. Essa posição somente foi possível pela atuação dos comerciantes locais e das casas comerciais estrangeiras como a Casa Marc Jacob, que foi essencial no processo de articulação da economia piauiense ao mercado nacional (notadamente, às economias do Ceará e do Maranhão) e ao mercado internacional. A atuação dos comerciantes estrangeiros a partir do século XVIII teve reflexos importantes não somente sobre a economia, mas também sobre a vida social e cultural da cidade de Parnaíba ●

Referências

- CHAVES, J. *Como nasceu Teresina*. 2. ed. Teresina: PMT/Fundação Cultural, 1987.
- FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... cidades-beira*. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: Fundapi, 2007. v. IV.
- REGO, J. M. A. N. *Dos sertões aos mares. história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1279.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- TAKEYA, D. M. *Europa, França e Ceará*. Natal: EDUFRRN, 1995.